

Reflexões sobre histórias da África

Thoughts about the History of Africa

Núbia Aguilar¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apontar alguns debates teóricos e abordagens metodológicas sobre a escrita da História, com principal interesse na escrita da História da África. Com dimensões políticas, culturais e econômicas, as dinâmicas sociais no transcorrer do passado foram múltiplas, mas se envolvem, constantemente, nos interesses manifestos dentro do próprio presente. Diante desta prática, torna-se possível refletir sobre os papéis assumidos por indivíduos guiados por interesses individuais e coletivos, com atuação ativa e transformadora nas realidades circundantes, ao tempo que emergem incômodos próprios da sociedade em que as preocupações históricas se desenvolvem. Foram visitados alguns trabalhos que ajudam a tomar nota da discussão em paralelo a sua aplicabilidade, ao contar com abordagens construtivas de análises que englobam sujeitos históricos que por tempo ficaram relegados às margens, ou representados de modo estereotipado, sobretudo, por meio das construções vinculadas ao colonialismo do século XIX.

Palavras-Chave: Escrita da História; História da África; Narrativas; Dinâmicas sociais.

ABSTRACT

The aim of this review is to point out some theoretical debates and methodological approaches on the History writing, with major interest in the writing of the History of Africa. With political, cultural and economic dimensions, the social dynamics through the past were multiple, but they are constantly involved in the interests manifested within the present itself. From this practice, it becomes possible to think over on the roles assumed by individuals guided by individual and collective interests, with an active and transforming participation in the surrounding realities, at the same time that specific discomforts of the society in which historical concerns are developed emerge. Some works were visited that help to take note of the discussion in parallel with its applicability, by relying on constructive approaches to analysis that encompass historical subjects who for a time were relegated to the margins, or represented in a stereotyped way, above all, through the constructions linked to colonialism. In XIX century.

Keywords: History writing; Africa History; Narratives; Social dynamics.

197

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.
nubiaaguilar@gmail.com

A escrita da História é um movimento que envolve experiências múltiplas. É possível destacar, por um lado, o passado transcorrido, nele localizado ações que envolveram indivíduos criadores e portadores de suas próprias referências e eventos passíveis de serem estudados. A questão emergente dar-se-á sempre no presente, guiada por necessidades incessantes de buscar orientação; aspecto fundamental para apreender as realidades próprias aos que se envolvem na feitura do ofício (RÜSEN, 2007). Nesta transversalidade, entre realidade vivida e retrospecto, cria-se a materialização de reflexões na tentativa de dar conta do que se foi, ao passo que reverberam as preocupações de uma época presente à escrita. Do conjunto formador da cientificidade histórica, nasce narrativas outras, sobre experiências vividas por diferentes indivíduos em determinado tempo e espaço.

Essa atividade própria da disciplina acentua a importância de conjugar texto e contexto. A historiografia assume a tarefa de contrapor diferentes perspectivas, feitas por traços divergentes e combinados, em um exercício incessante de câmbio de conhecimento, uma vez considerado que a História é uma disciplina “do contexto e do processo” (THOMPSON, 2012). Por vezes, a escrita de um texto pode ser mais informativa sobre as necessidades inerentes a uma época, transponível – ou no mínimo relacional - ao evento próprio a ser discutido.

Edward Thompson (2012) fornece densa reflexão sobre a escrita da História; estreita o diálogo interdisciplinar e disserta sobre questões imersas às intensas contribuições realizadas por autoras e autores ligados à matriz teórica marxista. Destaca a importância de compreender elementos circunstanciais da produção do próprio ofício do historiador, como caminho possível para a ampliação dos quadros analíticos, passíveis de correlacionar “novos problemas na visualização de velhos problemas em novas formas” (THOMPSON, 2012, p. 229). As manifestações consideradas atípicas podem ser expostas como elementos medulares para observações sobre constituições normativas, produzidas no interior das sociedades.

Sobre método, ferramenta basilar para análise crítica das fontes, fica explícito o lugar que assume nas pesquisas as observações desenvolvidas por Carlo Ginzburg no que chamou de “paradigma indiciário” (GNZBURG, 1989). O indício carrega informações úteis, como aspectos sociais imbricados nos respectivos contextos de inserção. Pistas são denunciativas de eventos, que não são, necessariamente, acessíveis por outros meios. Assim, “os fios que compõe” uma pesquisa equiparam-se “aos fios de um tapete” (GNZBURG, 1989, p. 170). Em conexão, as partes devem ser analisadas em diálogo com o conjunto, e os detalhes não podem ser considerados como menos importantes. Por vezes, eles podem ser produtos criados sem intenção e, nesse acaso, permitem a transposição de informações potentemente elementares.

No âmago em que se desenvolvem discussões sobre método, fontes e, de modo geral, a construção da escrita da História, principalmente a partir da década de 1960 com o desenvolvimento da chama “História Cultural” (BURKE, 2008), Raquel Soihet (2003) ressalta a aderência ao conceito de cultura na composição de novas reflexões. Entre muitas discussões desenvolvidas sobre o tema, Ginzburg (2006) chama atenção

para a fluidez entre o que poderia ser considerado como cultura das classes dominantes e demais grupos. O argumento principal de Ginzburg, para analisar o julgamento de um moleiro de Friuli, recai sobre a concepção de cultura intrincada a um dinamismo, constituído por referenciais diversos, sem ser estática, como pertencente a um grupo ou outro (GINZBURG, 2006).

Diante dessas discussões, envolvendo renovações de abordagem, métodos e fontes abriram-se espaços para discussões tangentes a culturas e povos, por tempos marginalizados. Tomamos nota do caso específico do desenvolvimento da História da África, em paralelo aos movimentos políticos ocorridos da década de 1950 e 1960 – as lutas pelos direitos civis e independência de regiões colonizadas – teve espaço para desenvoltura de perspectivas confrontantes as narrativas coloniais, disseminadas, sobretudo, no século XIX.

A História da África nos demonstra esta relação estreita entre tempo e espaço e a escrita, que carrega as especificidades de sua época, ainda que busque retratar o passado. Visitaremos nesta discussão alguns caminhos desenvolvidos a partir desta renovação dos quadros, que foi tão importante para a produção de pesquisas direcionadas a construções analíticas complexas e mais inclusivas. Temas que abarcam distintas narrativas e sujeitos históricos passaram nas últimas décadas a serem cada vez mais visitados, somado a um processo social que busca referências no passado.

Selecionamos alguns estudos que dissertam sobre realidades complexas e dinâmicas sociais que envolveram diferentes interesses de sujeitos históricos no continente africano. Este encaminhamento, sugere demonstrar percursos plurais desenvolvidos em diferentes espaços, por meio de narrativas que contam com informações e construções já distantes das produzidas em outras épocas.

Sobre a escrita da História, em diálogo com o contexto, precisamos considerar que no Brasil, Ensino e Pesquisa da História da África parte de um movimento social concretizado na Lei 10.639/03 (OLIVA, 2003). Por este ponto, pode-se visualizar a indicação de que a escrita da História ocupa um lugar social, sensível aos campos de conhecimento estimulados em espaços múltiplos. Seja em ambientes de ensino institucionalizado, ou dentro de discussões desenvolvidas em espaços públicos e privados, o tratamento de novos temas despertou interesses e buscou corresponder as necessidades crescentes.

Um campo crescente

Steven Feierman (1984) ressalta o desenvolvimento da escrita da História da África. Os movimentos processuais ocorridos durante os anos de 1950 e 1960 geraram profundo impacto nos arranjos sociais. As reflexões sofriam estas interferências nos mais distintos meios acadêmicos. A circularidade de novas ideias expunha sujeitos históricos, por tempos localizados nas produções realizadas dentro das narrativas coloniais.

Este direcionamento, seguido por distintas áreas, está conectado a uma conjuntura social de mudanças advindas desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As concepções coloniais, duramente defendidas e propagadas por anos, deparavam-se com questionamentos emergentes, associados as desastrosas experiências dos regimes totalitários, que usavam a ideia de raça como uma das bases para a defesa da supremacia e ampla exploração e extermínio de grupos sociais (VULLIERME, 2019). Colocado em uma perspectiva crítica, a defesa dos pressupostos da formação humanitária, que contava com ideais raciais, fora cada vez mais questionada, com interferências contundentes aos sistemas de dominação.

A compreensão desse movimento precisa estar atrelada aos esforços imperialistas, defensores da sobreposição de grupos sociais sobre outros, com uso altamente intenso da crença no ideal de civilização. Como destacada John Fage (1995), é difícil encontrar um único fator que dê conta de explicar o desenvolvimento dos movimentos coloniais. Não é possível encontrar sustentação, seja ela política, econômica ou social, isolada ou autossuficiente para definir este movimento. Por outro lado, é importante ressaltar quanto a dimensão ideológica foi um campo amplamente explorado para a fabricação de ideias, que fez parte do cotidiano dos indivíduos envolvidos nessa empreitada.

No século XIX, desponta a fermentação de pensamentos vinculados a representações de grupos que eram considerados como civilizados e os incivilizados. Para a defesa desse argumento, foi recorrente o uso de diferentes artifícios, com o campo discursivo densamente utilizado. Segundo David Ribeiro (2021), ocorreu nesse momento o desenvolvimento de uma “pedagogia imperial”. Ações investidas sobre como retratar os povos não europeus tomaram lugares centrais, e neste caso destacamos as referências utilizadas para a formulação de como eram (ou deveriam ser) as sociedades do continente africano para o público colonizador. As relações entre referências e referenciados tornam-se basilares para a compreensão de múltiplos interesses desenvolvidos na época.

A exemplo dessa movimentação, Ribeiro ressalta a articulação dentro das ciências, que foram, como produto dos interesses de uma época e da sociedade em que se inseriam, produzidas e produtoras dos desejos coloniais.² Esse envolvimento acabava por ser legitimador dos discursos envoltos aos movimentos imperiais, verticalizados na formação de visões populares sobre povos que passaram a ser considerados como o outro (RIBEIRO, 2021).

Para a propagação dos mecanismos de dominação, estratégias múltiplas foram adotadas. Os museus, por exemplo, foram instituições disponíveis como espaços de

²Sobre este tema é interessante notar que o desenvolvimento de práticas e discussões que endossavam as teorias raciais não ficaram restritas ao continente europeu. O fluxo de pessoas e ideias foi intenso e afetava diferentes territórios, dentro e fora da Europa. No caso da Brasil, Lilia Schwarcz discute sobre as ideias raciais, por vezes ligadas também a interesses políticos para a construção de representação da sociedade brasileira. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

diálogo com os processos desenvolvidos. Um ponto de destaque sobre esta instituição refere-se à participação na formação de uma opinião pública mobilizada pela investida colonial. Ainda seguindo Ribeiro (2021), após o fim da Segunda Guerra Mundial, os museus passaram a desempenhar um papel importante na propagação dos discursos sobre a civilização, visto que as críticas sobre as ideias de raça encontravam cada vez mais proficuidade. O esforço tornou-se intenso na busca de justificar a presença colonial no continente.

No entanto, se por um lado ocorriam tentativas de categorizar as sociedades africanas, é necessário considerar o importante papel desempenhado por africanas e africanos diante desse cenário. As reações ao contato colonial se deram desde o primeiro momento. Seria no mínimo arriscado analisar o colonialismo como um movimento unilateral e enrijecido. Pelas pluralidades existentes no próprio continente, verificada por fatores insustentáveis em um único argumento que dê conta de todas expressões, as ocorrências dos contatos coloniais depararam-se com interesses distintos e reações, por vezes, inesperadas.

A visão sobre essa ocorrência aparece de forma bem-disposta nas narrativas literárias. Chinua Achebe (2009), por exemplo, em *O mundo se despedaça*, apresenta uma perspectiva interessante para pensarmos nos acontecimentos desencadeados durante a crescente presença colonial. O livro conta, primeiramente, em narrar a vida de Okonkwo, um homem que compartilhava experiências baseadas em crenças, imersas aos sistemas de valores que conferiam formas e significados a visões de mundo da comunidade *ibo*. Na narrativa, Achebe apresenta elementos constituintes do universo dos personagens, como o lugar ocupado pela produção agrícola, em que o inhame apresentava importância fundamental, a participação dos deuses na vida da comunidade, e a própria lógica de pertencimento ao grupo, em que homens e mulheres desempenhavam papéis distintos.

Na literatura, cria-se um registro de como a organização do grupo constituía-se, a partir de acontecimentos banais dos cotidianos ou por meio de situações atípicas. O ingresso do colonizador nesta lógica é dado por um progressivo enfrentamento aos valores locais, ao tempo que priorizava as ações geradas para atender aos interesses dos personagens envolvidos na trama. Os europeus recém-chegados foram vistos com estranhamento, mas não tardou em realizar interferências na constituição normativa da comunidade. É interessante notar a potência da narrativa em apresentar os acontecimentos com ineditismo, em parte devido à liberdade criativa que a natureza do material possui. Os eventos inesperados do livro de Achebe permitem o acesso a uma reflexão sobre o período da construção das relações coloniais, em que os colonizadores e indivíduos pertencentes as sociedades africanas possuíam horizontes de expectativa plurais (KOSELLECK, 2006).

Colonizador e colonizado são categorias que foram construídas dentro das relações coloniais. Assumem lugar importante para construção de uma análise mais densa sobre as realidades passadas. Albert Memmi disserta de forma certa sobre a questão:

Como o colonizador podia, ao mesmo tempo, cuidar de seus trabalhadores e metralhar periodicamente uma multidão colonizada? Como o colonizado podia, ao mesmo tempo, se recusar tão cruelmente e se assumir de maneira tão excessiva? Como ele podia ao mesmo tempo detestar o colonizador e admirá-lo apaixonadamente (aquela admiração que, apesar de tudo, eu sentia em mim)? (MEMMI, 2007, p. 14).

Nessas interações, localizam-se algumas posições importantes de serem mencionadas. O contexto amplo de inserção dos sujeitos históricos impulsionou a criação de categorias de dominação, expressas em distintas relações. O estabelecimento de hierarquias, que afetavam diretamente os constructos de identidades, necessitam ser considerados. O colonizador dispunha de configurações atribuidoras de especificidades criadas para diferenciá-lo, com efeitos práticos, dos indivíduos pertencentes as sociedades que foram colonizadas. Por este ângulo, cabe a afirmação realizada por Mbembe sobre a diferença como parte elementar para o entendimento de uma identidade excludente ao mesmo tempo que se autodefine por meio dessa exclusão (MBEMBE, 2018).

A formulação de ideias que ajudavam a definir o colonizador e o colonizado não anulou experiências transversais a estas identidades, manifestas para atender as necessidades dos indivíduos em ação. Ainda que não seja possível dimensionar todos os interesses políticos envolvendo o colonialismo, a partir de altos escalões até e os movimentos que fizeram parte das ações orquestradas pela massa, ganha nota que os desejos de ambos grupos não podem ser lidos de formas isoladas, mas sim em interações, constituintes de diálogos concomitantes.

Não é fácil mensurar o que movimentou diferentes pessoas a saírem de seus territórios de origem e se disporem a regiões que ganhavam nas narrativas apresentações fantasiosas, oriundas de visões que não apenas distorciam realidades, mas contribuía para um interesse imbricado na formação de um projeto colonial. Indivíduos encontravam de forma disponível, nas esferas públicas e privadas, a disseminação de ideias sobre povos distantes das sociedades europeias, mas circunstancialmente, nesse movimento, estabeleciam as definições próprias sobre o colonizador. Dessa maneira, como salienta Aimé Césaire (2020), a ideia que dava forma a noção de colonizado estava estritamente imbricada na formação do colonizador.

Relações múltiplas

É preciso pensar que muito antes do estabelecimento do movimento colonial, que ganhou fôlego no século XIX, as relações desenvolvidas no continente africano contavam com a participação de diferentes atores sociais. As discussões que versam sobre os desenvolvimentos estabelecidos antes do imperialismo reforçam outras atuações e histórias que não devem ser condicionadas a visões engessadas, sobre como

as organizações eram antes e como ficaram depois. O desenrolar de eventos, ao tempo em que ocorreram, não eram dedutíveis ou previsíveis, mas poderiam ao menos serem especulados. Deste modo, estudar estes períodos sugere a disposição de organizações complexas, em que é possível observar a atuação de diferentes sujeitos. Este debate envolve desdobramentos, expressos nas atuações de pessoas, edificadoras de narrativas que fizeram parte do cotidiano e de eventos específicos, ampliando as formas de interpretação sobre o passado.

José da Silva Horta e Peter Mark (2007), por exemplo, estudam o desenvolvimento de comunidades sefarditas em regiões costeiras do continente, próximo ao atual Senegal, entre meados do século XVII. A partir, principalmente, de relatos produzidos por missionários, os autores mapeiam articulações realizadas por estes grupos, com a proeminente participação de alguns indivíduos neste cenário. A presença na região gerava, em alguns sentidos, uma atmosfera de atritos e por vezes diálogos com pessoas com outras referências religiosas, como os católicos. A dinâmica desenvolvida expõe a criação de redes de alianças que se ligavam de modos diversos a questões econômicas, sem deixar de lado a formação de entrelaçamentos culturais. Frutos desses contatos, havia a constituição de arranjos com a participação da população local, extremamente ativa na defesa de seus interesses e regiam para aproveitar, da forma que lhes eram possíveis, as situações emergentes. Nas relações, são destacados os conflitos entre os interesses dos “judeus públicos” e os católicos da região, exposição de rusgas cativas, por vezes, ainda nas metrópoles, que acompanhavam as viagens para outras regiões (HORTA e MARK, 2007).

A criação desse ambiente de tensão é demonstrativa de interesses múltiplos, e as próprias condições identitárias que emergiam e interagiam com as formulações construídas no novo espaço. A identificação com uma rede comercial local, com a participação dos grupos sociais já estabelecidos, travava disputas com recém-chegados. As relações podem ser entendidas como fluidas ao tempo que conseguiam ser conectadas, diante dos arranjos de poderes e o comércio, que adquiria características próprias, nem sempre ligadas aos elementos que surgiram posteriormente, com a instauração dos sistemas coloniais. No caso dos judeus, analisados por Horta e Mark (2007), com os conflitos originados com a presença de católicos na região, não foi incomum a recorrência de alianças com governantes locais, acompanhadas por pedidos de proteção.

Essas redes também reforçam conexões entre territórios distintos, uma vez que movimentavam não apenas locais dentro do continente africano, mas tangenciavam o além-mar. No trabalho de Horta e Mark (2007), fica demonstrada a importância entre as ocorrências no continente europeu e as circulações desses grupos religiosos no continente africano. O comércio tornou-se um dos principais motivos que impulsionava essas trajetórias. Um exemplo dessa interação pode ser visto com a passagem destes sujeitos na Holanda, local importante para o processo de formulação das identidades religiosas, estrategicamente utilizadas, como a adoção dos nomes judaicos. As articulações ligadas ao nome, como um marcador social, é outro elemento

interesse sugestivo das buscas por estratégias, ao expor permeabilidades nas atuações e catalisação de códigos. O uso habilidoso era feito com os nomes utilizados considerados como “cristãos” ou os “judeus”, de acordo com as situações em diferentes espaços.

A aproximação sobre essas interações desmembra camadas sobrepostas em uma realidade complexa. O estabelecimento de um comércio local, envolvia negociações com a população nativa, ao tempo que em alguns casos, núcleos, com a formação de grupos intermediários, ou seja, pessoas oriundas da formação destes contatos, adensam-se. Essa configuração dava vida a outras formas de identificação comunitária, sem reduzir os contatos fora deste modelo. Ocorreram situações de constituição de núcleos familiares composto por membros europeus, frutos, muitas vezes, de matrimônios vinculadas aos crescentes interesses comerciais (HORTA e MARK, 2007).

Se por um lado não dá para creditar ao comércio como fonte única de ordenamento de relações sociais entre os indivíduos atuantes, há ao menos a possibilidade de chamarmos atenção para o papel fundamental desempenhado nas muitas relações estabelecidas. Sobre a interação íntima entre desenvolvimento do capitalismo e o comércio ligado ao tráfico de escravizados, Eric Williams (2012) realiza uma discussão em que associa o desenvolvimento da Revolução Industrial e a ampliação do tráfico. Mas, em paralelo a este comércio de humanos, estava presente objetos variados, o que sugere, dentro dessa rede, trocas constantes.

Na África Oriental, mais especificamente na região atual de Moçambique, Eugenia Rodrigues (2010) analisa as atuações realizadas por mulheres, como formas de expressões denunciativas dos valores locais. O território, durante século XVI, já contava com presença portuguesa, e sentia os reflexos da expansão econômica com a intensificação na participação do tráfico de escravizados. Segundo a autora, a intensificação de pessoas propiciou o encontro entre códigos de origens africanas, árabes, europeias e indianas na elaboração das dinâmicas sociais. Nessa configuração, expressivo foi o número de homens advindos com os processos migratórios portugueses e reduzido o número de mulheres inseridas neste movimento, o que ajuda a explicar os crescentes casos de relacionamentos que envolviam mulheres africanas (RODRIGUES, 2010). É interessante notar que esses relacionamentos podem ser lidos também como uma maneira de penetração nos circuitos locais, com a formação de redes e alianças.

A região contava com marcadores sociais geradores de clivagens. As classificações colocavam em evidência as próprias circunstâncias de matrimônios, ao usufruir de lugares específicos aquelas que eram ou não filhas dos considerados portugueses, originadas das uniões entre portugueses e africanas, mestiças, e outras categorias da época que são denunciativas não apenas de um possível perfil para os residentes da região, mas a importância dada para os indivíduos em suas conexões com as linhagens de ascendência. No estudo de Rodrigues (2010), ele discute sobre a formação de uma elite imbricada a esta categorização dos indivíduos de acordo com

pertencimento a determinados grupos, uma vez que vinham com mais frequência homens de partes dos territórios portugueses, e as mulheres eram, sobretudo, locais, descendentes dessa elite. As mulheres, atuantes na formação da elite crescente em Moçambique, foram confrontadas com os olhares metropolitanos, que encontravam nas especificidades e logísticas desenvolvidas na região uma forma de constatar diferenças.

Seguimentos femininos eram refêns de críticas, uma vez associados ao que era considerado como “africanização” e “arabizarão”, não correspondiam aos valores cultuados pelas mulheres metropolitanas. Nos relatos descritivos do período, o corpo feminino suscitou pouca atenção, diante dos padrões de beleza difundidos na metrópole. Deveria portar sinais que expressavam “delicadeza e sensibilidade”, ideias que deveriam ser visíveis não apenas nas aptidões físicas, mas que conseguissem ser expressas por meio de comportamentos. Esse juízo disseminado em Moçambique, gerava constante reprovação, uma vez que tais critérios não eram correspondidos. As mulheres da elite, eram depreciadas, por não portarem os símbolos de beleza, como a pele “pálida” (RODRIGUES, 2010).

As relações desenvolvidas na região também contavam com particularidades nos comportamentos inseridos nas esferas públicas e privadas, indo além das barreiras crescentes do espaço domesticado. No lar, essas mulheres estavam em contato direto com serventes, ambientes para trocas culturais incessantes. As apresentações dessas mulheres no que concerne a vestimenta, com o uso corrente de indumentárias africanas, acentuava as visões críticas, quando considerado os padrões europeus. Com a visão do informante da época, para o médico Luis Vicente de Simoni, a postura dessas mulheres se confundia com mulheres que não pertenciam a elite, uma vez que os códigos expressos pelo corpo diluíam fronteiras. A dissemelhança crescia entre o que era esperado na visão de como as mulheres deveriam ser e como de fato eram – próximas do uso fumo, mais um dos mecanismos que deturpava o ideal de feminilidade que deveria ser cativado (RODRIGUES, 2010).

A atenção dada a participação de mulheres dentro desses movimentos crescentes de contato com os europeus também é discutida por Mariana Candido (2017). O caso de estudo concentra na história de Aguida Gonçalves, nascida na segunda metade do século XVIII na África Centro-Occidental, região que, segunda autora, já contava com a presença portuguesa. O mapeamento sobre suas ações, diante das possibilidades que as fontes trouxeram, é rastreado até a região de Benguela, território parte da atual Angola. O território era o terceiro maior porto exportador de escravos, o que sugere a dimensão da circulação não só de pessoas, mas também de informações. Durante o período em que o tráfico de escravizados encontrava grande expressividade, foi atuante no desenvolvimento do comércio atlântico, com impacto profundo na penetração nessa rede.

A vida de Aguida foi desenvolvida em um contexto em que buscou incessantemente defender seus interesses. Suas relações matrimoniais são indicadoras de alguns entrelaçamentos desenvolvidos. Como supracitado, os casamentos podem

também ser entendidos como um mecanismo estratégico para fortalecer alianças, o que não anula outras intenções embutidas em tais movimentos. No caso de Aguida Gonçalves, essa demonstração se dá ao batizar Joana Pereira da Silva como filha, junto a Nuno Joaquim Pereira da Silva, que era funcionário colonial (CANDIDO, 2017). O batizado demonstra a tentativa de criar vínculos, pela formação de possíveis parentesco, ao envolver funcionários coloniais no batizado:

[...] uma relação íntima que funcionário coloniais e comerciantes locais mantinham, confundindo a operação dos interesses públicos da administração portuguesa e o interesse privado dos comerciantes. Para consolidar suas posições, dona Aguida Gonçalves e capitão Nuno Joaquim Pereira da Silva nomearam outros comerciantes, como Antônio da Costa e dona Ana Matelo como padrinhos de Joana, reforçando vínculos afetivos e comerciais acabando por forjar novos laços de parentesco em sua sociedade caracterizada pela mobilidade física de seus comerciantes. (CANDIDO, 2017, p. 229).

As ações articuladas por Aguida demonstram sua atuação, marcadas pelas relações de poder, que se tornavam cada vez mais intensas e delineadas. Sua trajetória, mesmo sem sugerir um padrão - uma vez que desempenhou papel de provedora da família, devido ao seu trabalho, e conquistou espaços importantes dentro da rede comercial - é um atravessamento no período marcado pelo envolvimento masculino nesses setores. Sua trajetória sugere ações possíveis articuladas por mulheres, posicionadas frente as demandas emergentes, com adaptações constantes, diante de alterações possíveis.

As narrativas que versam sobre estas mulheres precisam ser construídas amparadas aos valores específicos das conjunturas de inserção. Esses sujeitos históricos não eram apenas frutos da época, mas precisam ser cautelosamente analisados como atuantes e transformadores das realidades em que se inseriam. Trajetórias, como analisadas por Horta e Mark (2007), Rodrigues (2010) e Candido (2017), foram marcadas por categorias de dominação da época, em que indivíduos sentiam a estes efeitos, interagiam e reagiam diante de seus desejos individuais e coletivos.

Considerações Finais

Este artigo buscou pontuar alguns movimentos que ajudam na reflexão sobre a escrita da História, e de modo mais específico, a escrita da História da África. Como fruto de circunstâncias específicas, condicionadas pelo próprio tempo, a formulação de problemas, perspectivas e interpretações, precisam ser consideradas de forma crítica ao momento das produções. A historiografia que versa sobre narrativas do continente africano é informativa sobre a dimensão política e social da escrita da História.

Em um lugar inicial, a narrativa colonial possuiu participação central para o desenvolvimento de construções de visões sobre as sociedades africanas, ao compor um exercício de negação da História do continente. A animalização de sujeitos,

atrelada à fabricação de estereótipos, teve por consequência efeitos desastrosos, que negavam a existência de sociedades, dentro da visão europeia de civilização. O olhar crítico sobre a construção de categorias de análise foi fundamental para a reestruturação da disciplina, em um contexto em que os movimentos sociais também abalavam velhas estruturas produtoras de escritas acadêmicas.

Por meio de três discussões, conseguimos exemplificar a importância da renovação de métodos, fontes, e de modo geral a construção de análises, sobre contextos dinâmicos. Sinalizamos abordagens que incluem narrativas, vinculadas a valores construídos em uma época e os interesses dos indivíduos que nelas se inseriam. Esse movimento, de reflexão sobre aos padrões vigentes dentro da própria construção de narrativas, é um dos caminhos possíveis para manter aquecida a produção historiográfica.

Referências

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CANDIDO, Mariana P. As comerciantes de Benguela na virada do século XVIII: o caso de dona Aguida Gonçalves. In: LIBERATO, Carlos; CANDIDO, Mariana P; LOVEJOY, Paul; SOULODRE-LA FRANCE, Renée (coords). **Laços atlânticos: África e africanos durante a era do comércio transatlântico de escravos**. Luanda: Ministério da Cultura; Museu Nacional da Escravatura, 2017, pp. 220-247.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

FEIERMAN, Steven. African Histories and the Dissolution of World History. In: BATES, Robert; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, Jean. **Africa and the Disciplines**. Chicago; London, University of Chicago Press, 1984.

FAGE, J. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HORTA, J. S.; MARK, P. Duas comunidades sefarditas na costa norte do Senegal no início do século XVII: Porto de Ale e Joala. In: BARRETO, L. F. et.al. In.: **Inquisição portuguesa. Tempo, razão e circunstância**. Lisboa; São Paulo: Prefácio, 2007, pp. 277- 304.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2ª. edição, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVA, A. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, no 3, 2003.

PAIVA, Felipe. **Indômita Babel**: resistência colonialismo e a escrita da história da África. Niteroi: EDUFF, 2017.

SOIHET, Raquel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. **Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da palavra/Faperj, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2012.

208

RIBEIRO, David William. **Caminhadas indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas**: mobilizando as políticas culturais e a produção do conhecimento por narrativas plurais da História (1988-2020). Tese de Doutorado, PPGHS/ FFLCH, 2021.

RODRIGUES, Eugenia. O cotidiano e a construção do imaginário colonial acerca das mulheres da Ilha de Moçambique (de meados do Setecentos a inícios do Oitocentos). In: HAVIK, Philip; SARAIVA, Clara; TAVIM, José Alberto (orgs). **Caminhos cruzados em História e Antropologia. Ensaios em homenagem a Jill Dias**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da história II**: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Ed. UnB, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VULLIERME, Jean-Louis. **Espelho do Ocidente**: o nazismo e a civilização ocidental. Rio de Janeiro: DIFEL, 2019.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 12/09/2021

Aprovado em 20/11/2021

